

# COORDENAÇÃO INTERSETORIAL DAS AÇÕES DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

*Patricia Vieira da Costa e Tiago Falcão*

A natureza multidimensional e multifacetada da pobreza requer a atuação intersetorial do Plano Brasil sem Miséria, que coordena o trabalho de uma grande variedade de parceiros em busca do objetivo comum de superar a extrema pobreza. Mas se todos esses parceiros já existiam e desenvolviam suas ações antes da criação do Plano, qual a vantagem de organizá-los em torno de uma estratégia conjunta? Essa estratégia limitou-se a colocar todos eles sob um mesmo guarda-chuva, ou agregou algum valor ao seu modo de atuar? Houve tensão entre o foco na extrema pobreza e o princípio da universalidade no acesso a serviços públicos? E como foi possível promover a atuação concertada de tantos e tão diversos parceiros, ainda mais num prazo tão curto, de menos de quatro anos?

Para dar respostas a essas e outras questões envolvendo a coordenação intersetorial de **ações** no Plano Brasil sem Miséria, este texto foi dividido em cinco partes. A primeira apresenta os parceiros do Plano e a organização de seus esforços em torno de três eixos de atuação, listando as principais macroações desenvolvidas. A segunda parte versa sobre as características das **ações** que

compõem o Brasil sem Miséria e sobre os recursos financeiros para financiá-las. A terceira explora a importância da atuação intersetorial para avançar rumo à efetiva universalidade dos serviços, sem prescindir de **ações voltadas especificamente ao público extremamente pobre**. A quarta parte fala sobre as estruturas e mecanismos de coordenação do Plano. Por fim, a quinta parte trata das vantagens e dos desafios do trabalho organizado em perspectiva intersetorial.

## UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL: TRÊS EIXOS, MUITOS PARCEIROS

### Um fenômeno multidimensional e multifacetado

No estudo da pobreza, um dos temas principais consiste na própria definição do que é ser pobre, motivador de intensos debates. A pluralidade de abordagens resultantes dessas discussões **não impede, contudo, que** haja convergência quanto a algo basilar: a constatação de que a pobreza se manifesta de múltiplas formas. Além de insuficiência de renda, as pessoas em situação de extrema pobreza, em geral, também padecem de insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário a água, energia elétrica, serviços de saúde, moradia, entre outras privações. E, dentro de cada uma dessas dimensões, a pobreza se apresenta com várias faces, a depender do tipo de público observado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Uma das respostas do Brasil sem Miséria à natureza multifacetada da pobreza foram estratégias diferenciadas de busca ativa para quilombolas e para moradores de áreas de proteção ambiental e ribeirinhos. Outra forma de lidar com diferentes faces da pobreza foi a criação de Centros de Referência Especializados de Assistência Social dedicados especificamente à população em situação de rua, conhecidos como Centros POP.

Para fazer frente ao objetivo de superar a extrema pobreza, entendida como um fenômeno de natureza multidimensional e multifacetada, a ação intersectorial do Estado era, portanto, um imperativo. Por isso o Plano Brasil sem Miséria envolve uma grande quantidade de parceiros, de vários setores. Ao todo são 22 ministérios, listados neste artigo, além de muitos outros órgãos e entidades da administração direta e indireta, do setor privado e do terceiro setor, também elencados adiante.

Dadas a dimensão territorial do país, as grandes diferenças entre as regiões, a diversidade da população e a distribuição de competências entre os entes da União, um esforço da magnitude do Brasil sem Miséria jamais se sustentaria sem contar com uma grande pactuação federativa, que teve o engajamento dos 26 estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros<sup>2</sup>.

## Os ministérios e o Plano Brasil sem Miséria

Participam do Plano Brasil sem Miséria 22 ministérios: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério das Cidades (MCidades); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, coordenador do Plano); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Fazenda (MF); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Ministério da Previdência Social (MPS); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria de

---

<sup>2</sup> Sobre as parcerias com estados, municípios e DF, ver o artigo “A articulação federativa no Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

Assuntos Estratégicos (SAE); Secretaria de Direitos Humanos (SDH); Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM); Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

## Demais parceiros

Entre os **órgãos e entidades** da administração direta e indireta, do setor privado e do terceiro setor parceiros do Plano Brasil sem Miséria, figuram Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Banco da Amazônia (BASA), Banco do Brasil, Banco Mundial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Caixa Econômica Federal, Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA (Eletronorte), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Banco do Brasil (FBB), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ministério das Comunicações, *International Policy Centre for Inclusive Growth* (IPC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Petrobras, *World without Poverty* (WWP), entidades públicas, privadas e do terceiro setor prestadoras de serviços de assistência técnica e extensão rural, empresas privadas da área de construção civil

e de vários outros setores que vêm contratando egressos do Pronatec Brasil sem Miséria e empresas do setor varejista de alimentos que vêm comprando produtos da agricultura familiar. A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que congrega diversas organizações da sociedade civil e é parceira do MDS na construção de cisternas do Programa Água para Todos é um dos melhores exemplos de participação de entidades do terceiro setor no Plano Brasil sem Miséria.

## Parcerias em diversas áreas, organizadas em torno de três eixos

Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep), os parceiros desenvolvem as ações que compõem o Plano<sup>3</sup>, distribuídas em três grandes eixos de atuação.

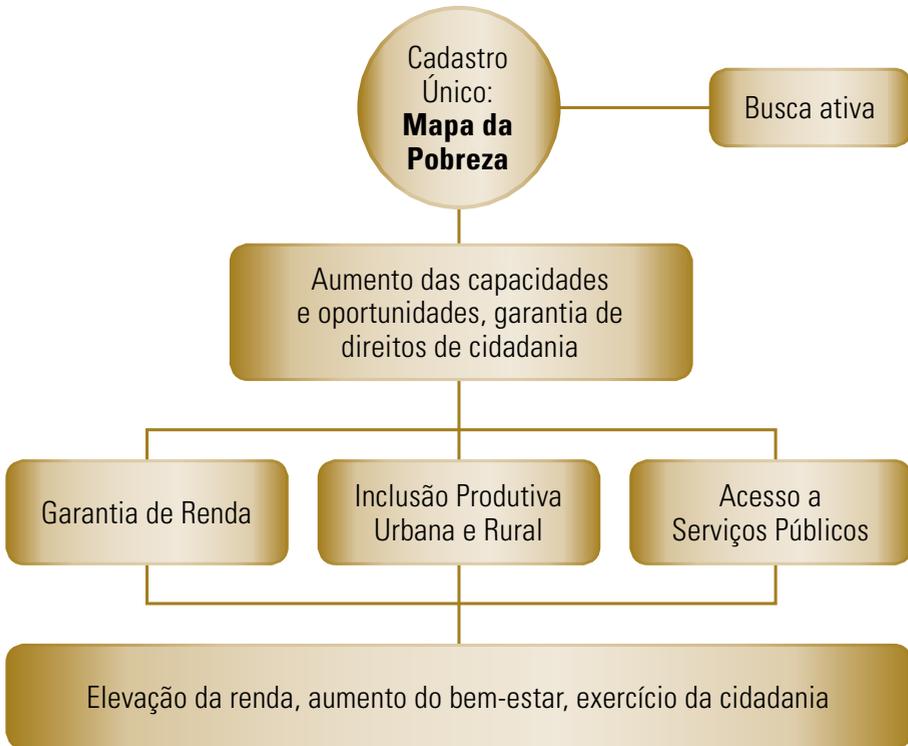
O primeiro eixo é o de garantia de renda, relativo às transferências monetárias para alívio imediato da situação de extrema pobreza, complementando a renda das famílias. O segundo é o eixo de inclusão produtiva, com oferta de oportunidades de qualificação profissional, ocupação e renda, por meio de estratégias específicas para o campo e para a cidade. O terceiro é o eixo de acesso a serviços, para provimento, ampliação e aprimoramento de serviços públicos, de modo a melhorar as condições de vida, promovendo a cidadania e rompendo o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza<sup>4</sup>.

---

3 No Anexo deste artigo estão listadas as ações oficialmente apontadas como parte do Plano Brasil sem Miséria no Orçamento Geral da União. Mais explicações adiante neste texto, no item sobre recursos financeiros.

4 Cada um dos três eixos será detalhado em artigos específicos, neste volume: “O eixo garantia de renda do Plano Brasil sem Miséria”, “O eixo de acesso a serviços e a Ação Brasil Carinhoso do Plano Brasil sem Miséria”, “A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil sem Miséria” e “A inclusão produtiva rural do Brasil sem Miséria: estratégias e primeiros resultados”.

Diagrama 1 – A organização do Plano Brasil sem Miséria



Fonte: Sesp/MDS.

Assim, o Brasil sem Miséria aborda o fenômeno multidimensional da pobreza de maneira integral, abarcando iniciativas de diversas áreas, nesses três eixos, para ajudar as famílias a superar toda uma gama de privações, a depender de sua situação, e a sair da pobreza extrema<sup>5</sup>. O quadro abaixo mostra as principais macroações do Brasil sem Miséria e os parceiros mais envolvidos em cada uma delas.

<sup>5</sup> Dada sua conformação, o Plano Brasil sem Miséria também ajuda famílias que já superaram a extrema pobreza a não voltarem a essa situação. Mais informações no artigo “A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

Quadro 1 – Parceiros do Brasil sem Miséria por macroprocesso

Macroprocessos	Principais Macroações	Parceiros
Inclusão Produtiva (urbana e rural)	Qualificação profissional (Pronatec Brasil sem Miséria)	MEC, MDS, estados, municípios e unidades ofertantes (Sistema S, Institutos Federais e Redes Estaduais de Ensino Técnico)
	Microempreendedor Individual	Sebrae, estados e municípios
	Economia popular e solidária	MTE, estados e municípios
	Intermediação de mão de obra	MTE, MDS e estados
	Microcrédito Produtivo Orientado (Crescer)	Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, MF, MTE, MDS, estados e municípios
	Programa Água para Todos	MI, MDS, Funasa, MMA, Fundação Banco do Brasil, estados e municípios
	Programa Luz para Todos	MME, MDS, estados e municípios
	Programa Bolsa Verde	MMA, ICMBio, Incra, Secretaria de Patrimônio da União (MP), MDS, estados e municípios
	Inclusão no campo: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sementes e Fomento	MDS, MDA, Incra, ICMBio, Funai, MPA, SEPPIR, Fundação Cultural Palmares, estados e municípios
	Garantia de Renda	Programa Bolsa Família
Benefício da Prestação Continuada (BPC)		MDS, INSS, estados e municípios

Macroprocessos	Principais Macroações	Parceiros
Acesso a serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social	Ação Brasil Carinhoso Creches	MEC, MDS, FNDE, Inep, estados e municípios
	Escola em Tempo Integral	MEC, MDS, estados e municípios
	Ação Brasil Carinhoso Saúde	MS, estados e municípios
	Assistência Social	MDS, estados e municípios
Busca Ativa	Cadastro Único	MDS, organizações representativas de populações tradicionais e específicas, estados e municípios

Obs.: Este quadro não esgota as ações nem os parceiros do Plano em cada macroprocesso.

Fonte: Sesepl/MDS, 2013.

## CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES DO PLANO

### Algumas especificidades das ações do Brasil sem Miséria<sup>6</sup>

Para retirar milhões de pessoas da extrema pobreza, num esforço que abrange todo o território nacional e envolve diversos parceiros, em um prazo relativamente curto, o Plano Brasil Sem Miséria precisou buscar ações com características que fizessem frente a esses desafios.

A primeira delas foi o foco no público extremamente pobre, porém sem prescindir de iniciativas voltadas às famílias pobres ou de baixa renda, que em muitos casos são vulneráveis à situação de extrema pobreza. A reconhecida volatilidade

<sup>6</sup> As ações formalmente marcadas como parte do Brasil sem Miséria no Orçamento estão listadas em tabela anexa a este artigo.

da renda dos mais pobres é um dos motivos para que a linha de extrema pobreza monetária não tenha delimitado todos os beneficiários do Plano, mas seu público prioritário. Outra razão é que as famílias que se encontram acima da linha podem estar submetidas a vários outros tipos de privação, para além da renda, configurando situação de extrema pobreza de um ponto de vista multidimensional<sup>7</sup>.

A segunda característica foi a grande escala, de modo a atingir um contingente significativo de população, mesmo nas ações que não têm caráter universal. Aqui, se por um lado foi preciso encarar o enorme desafio de lidar com os grandes programas que compõem o Brasil sem Miséria, por outro foi necessário resistir a inclinações e pressões no sentido de incorporar ao Plano experiências “piloto”, uma vez que elas costumam ter escala, escopo e abrangência incompatíveis com as ambiciosas metas do Plano. Embora se reconheça a importância desse tipo de experiência no intuito de testar e aprimorar o desenho de novas iniciativas na área de políticas sociais, o fato de o Brasil sem Miséria durar menos de quatro anos inviabilizou que se incorporasse esse tipo de ação, que em geral tem tempo de maturação superior ao prazo estabelecido para o cumprimento da tarefa do Brasil sem Miséria<sup>8</sup>, de apenas três anos e meio (junho de 2011 ao final de 2014).

A terceira característica foi a perspectiva nacional (ainda que com alguns importantes destaques regionais, como nas ações destinadas ao semiárido e à região amazônica, por exemplo), de maneira a alcançar os extremamente pobres em todo o país. Isso não impediu que o Brasil sem Miséria ganhasse cores locais a partir de iniciativas dos estados e municípios que lançaram estratégias próprias para superação da extrema pobreza.

---

7 *Mais informações sobre a delimitação do público-alvo do Plano no artigo “A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem Miséria”, neste volume.*

8 *No âmbito dos planos estaduais e municipais de superação da extrema pobreza, contudo, observou-se uma série de inovações de menor escala, desenhadas e implementadas pelos governos dos demais entes federativos.*

A quarta característica buscada nas ações do Brasil sem Miséria foi ter estrutura que permitisse execução ágil, de modo a garantir a tempestividade requerida, dada a curta duração do Plano. Essa característica é extremamente importante quando se tem em vista uma outra: a articulação federativa que permeia as ações do Plano<sup>9</sup>, e que demandou empenho redobrado para simplificar o desenho e a implementação de programas nos quais a gestão é compartilhada entre os entes federados, de modo a facilitar a atuação dos estados e, principalmente, dos municípios. Isso ocorreu, por exemplo, no caso dos repasses simplificados de recursos financeiros (citados adiante neste mesmo texto, na seção sobre uso eficiente de recursos).

E não se pode deixar de mencionar a intersetorialidade, que é característica de grande parte das ações do Brasil sem Miséria e tema central deste artigo.

Todas essas características foram levadas em conta sem deixar de lado as especificidades da população mais pobre e vulnerável (mencionadas abaixo neste artigo, no item sobre universalidade), que limitam seu acesso às oportunidades que o país oferece. O atendimento a essas pessoas requer cuidados e atenção diferenciados, de modo a evitar que elas sejam afastadas ao invés de incluídas nos serviços de que mais necessitam, caso eles não estejam adaptados à sua realidade.

## O paradigma intersetorial e de articulação federativa do Bolsa Família

Tendo em vista que a pobreza é um fenômeno multidimensional e multifacetado, que se manifesta de diferentes maneiras em cada região, cada localidade e para cada público do país, o Plano Brasil sem Miséria precisava de ações intersetoriais, articuladas e integradas, desenvolvidas de forma pactuada

---

9 Detalhes no artigo “A articulação federativa no Plano Brasil sem Miséria”, neste volume.

entre União, estados e municípios. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família foi paradigmático na concepção do Plano Brasil sem Miséria.

Por um lado, o Bolsa Família articula ações de diversas áreas, especialmente saúde, educação e assistência social, em razão do acompanhamento de condicionalidades previsto para as famílias do Programa. Um exemplo são as transferências do Bolsa Família a gestantes, uma iniciativa do Plano Brasil sem Miséria que requer a atuação da rede de saúde para informar ao MDS a realização dos exames do acompanhamento pré-natal, de modo a viabilizar o pagamento do benefício, que aumentou significativamente a realização de consultas pelas beneficiárias grávidas<sup>10</sup>.

Por outro lado, o Programa é estruturante por funcionar numa perspectiva de gestão compartilhada entre os entes federados. Todos os estados e municípios do país participam em atividades que vão do cadastramento e acompanhamento das famílias ao treinamento dos trabalhadores da assistência social. Além disso, foram a expansão e o fortalecimento do Bolsa Família que proporcionaram o desenvolvimento do Cadastro Único para Programas Sociais, um dos elementos fundamentais do Plano Brasil sem Miséria<sup>11</sup>.

Essas características do Programa Bolsa Família fizeram dele a um só tempo uma inspiração e um dos principais componentes do Plano Brasil sem Miséria.

---

10 Mais informações sobre intersectorialidade no Bolsa Família neste texto, na seção “Vantagens e desafios da intersectorialidade”, que trata de eficiência em gestão. Sobre o benefício às gestantes, ver os artigos “O eixo de garantia de renda do Plano Brasil sem Miséria” e “O eixo de acesso a serviços e a Ação Brasil Carinhoso do Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

11 Mais informações nos artigos “O papel do Cadastro Único no Plano Brasil sem Miséria”, “O Programa Bolsa Família e a luta para superação da extrema pobreza no Brasil” e “O eixo de garantia de renda do Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

## Mescla de iniciativas novas e pré-existentes

O Plano Brasil sem Miséria inclui iniciativas já existentes e consolidadas, influenciando-as de acordo com a ótica da extrema pobreza. Ele ampliou, aprimorou e articulou políticas que vinham apresentando resultados expressivos no combate à pobreza, como é o caso do Programa Bolsa Família, do Programa Mais Educação e do Programa de Aquisição de Alimentos. Mas também foram concebidas iniciativas originais, desenhadas especialmente para compor o Plano, nas áreas em que havia espaço para inovação. Dentre as novas iniciativas, no eixo de garantia de renda, estavam os benefícios do Bolsa Família à gestante e à nutriz e o benefício para superação da extrema pobreza. No eixo de inclusão produtiva, o Pronatec Brasil sem Miséria, o Acessuas Trabalho, o Água para Todos, o Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o Bolsa Verde. E no eixo de acesso a serviços estavam a Ação Brasil Carinhoso, os Centros POP, as equipes volantes da assistência social e as lanchas para equipes volantes da assistência social<sup>12</sup>.

## Recursos financeiros para as ações do Brasil sem Miséria

De 2011 a setembro de 2014, o valor total empenhado nas ações apontadas no Orçamento Geral da União (OGU) como integrantes do Plano Brasil sem Miséria foi de R\$ 109,6 bilhões<sup>13</sup>. Para facilitar o acompanhamento das ações do Plano, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento,

---

12 Todas essas iniciativas são abordadas neste livro em artigos específicos sobre os três eixos do Brasil sem Miséria: “O eixo garantia de renda do Plano Brasil sem Miséria”, “O eixo de acesso a serviços e a Ação Brasil Carinhoso do Plano Brasil sem Miséria”, “A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil sem Miséria” e “A inclusão produtiva rural do Brasil sem Miséria: estratégias e primeiros resultados”.

13 Valor empenhado de 2011 até 20 de novembro de 2014. Anexa a este texto, a tabela de execução orçamentária do Brasil sem Miséria.

Orçamento e Gestão criou uma marcação orçamentária específica para o Brasil sem Miséria. As ações com essa marcação ficavam livres de contingenciamento e tinham prioridade na liberação dos recursos financeiros. Esse mecanismo de proteção foi essencial para o sucesso do Plano.

Mas nem todas as ações que faziam parte do Plano Brasil sem Miséria estavam assim identificadas no OGU. Isso ocorria porque, dado seu caráter universal, elas já se destinavam a cobrir o público em extrema pobreza, tendo ou não um componente desenhado especificamente para ele.

É o caso das ações de saúde e educação, que possuem sua própria estrutura de repasse aos entes federados responsáveis pela execução das políticas. A construção, reforma ou ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) é um exemplo: faz parte do Plano por priorizar a expansão em áreas com grande concentração de extrema pobreza, mas não consta do Orçamento como tal porque não está restrita a elas. Outro exemplo é o Programa Mais Educação, que estimula a oferta de educação em período integral nas escolas públicas de todo o país, mas priorizou no início de sua expansão as escolas com maioria de alunos do Programa Bolsa Família, sem contudo limitar-se a essas escolas. Por outro lado, há programas que constam do Orçamento como sendo parte do Brasil sem Miséria, ainda que nem todo o seu público seja o de extrema pobreza<sup>14</sup>. É o caso do Bolsa Família, que atende famílias pobres e extremamente pobres.

Destaque-se que os recursos mencionados nesta seção são provenientes da União, e não incluem aqueles empregados por estados, municípios e, eventualmente, alguns outros parceiros.

No que diz respeito ao Brasil sem Miséria enquanto instância de coordenação, ou seja, à Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep),

---

<sup>14</sup> Sobre o fato de o público-alvo do Plano não se limitar a quem está abaixo da linha de extrema pobreza, ver o artigo “A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

cujas atividades são detalhadas adiante neste texto, os recursos empregados são muito limitados, porque a secretaria é uma estrutura enxuta e não é unidade executora de políticas finalísticas.

## UNIVERSALIDADE E EQUIDADE

### Atuação intersetorial para universalização

Um dos principais motivos para estabelecer uma estratégia intersetorialmente concertada de superação da extrema pobreza é a possibilidade de estimular e apoiar a atuação dos parceiros rumo à efetiva universalidade na oferta dos serviços, aproveitando sinergias que não seriam exploradas caso atuassem isoladamente. Trabalhando juntos, os parceiros potencializam sua atuação para proporcionar a toda a população, inclusive às pessoas mais pobres e mais difíceis de alcançar, o acesso aos serviços de caráter universal.

Se uma política é universal, em teoria ela deve estar disponível a todo mundo – ricos ou pobres, homens ou mulheres, brancos ou negros, na cidade ou no campo – e, espera-se, com a mesma qualidade. Sabe-se, contudo, que na prática isso nem sempre acontece.

Séculos de exclusão faziam com que ainda houvesse brasileiros sem documentação civil, sem endereço formalmente reconhecido, vivendo em lugares ou em circunstâncias que dificultam o acesso a informações sobre seus direitos e a sua locomoção até os locais de prestação dos serviços. Eram pessoas em geral extremamente pobres e virtualmente “invisíveis” aos olhos do poder público. Tudo isso limitava e até impedia o acesso aos serviços públicos e às oportunidades que o país oferece.

Outros mecanismos de exclusão são os estigmas sociais associados à pobreza, que podem levar, por exemplo, à marginalização de estudantes pobres, sejam crianças

ou jovens, tanto do ponto de vista dos relacionamentos quanto do reconhecimento de seu desempenho escolar – para além dos impactos que a vida na pobreza pode efetivamente ter sobre o desempenho<sup>15</sup>.

Até mesmo a falta de roupas consideradas “adequadas” pode redundar em exclusão ou autoexclusão. Este último caso ficou evidente no início do Pronatec Brasil sem Miséria, quando a falta autoestima e de costume com o ambiente afastavam parte do público-alvo, que não se enxergava como potencial beneficiário da iniciativa ou sentia vergonha ao frequentar os cursos<sup>16</sup>.

Segundo a pesquisadora Luciana Jaccoud, “é necessário promover a efetiva inclusão da população mais pobre nas políticas públicas”, pois ela tem sido, “historicamente, o último segmento da população a ser abrangido pelo Estado, o que recebe aportes de menor qualidade e o que mais encontra dificuldades para garantir sua permanência nos serviços”<sup>17</sup>.

## Casos emblemáticos de intersetorialidade e articulação federativa para reforço da universalidade

A articulação intersetorial e federativa vem proporcionando a inclusão dos brasileiros mais pobres, de modo a promover a efetiva universalização, com melhora da qualidade dos serviços. Na área da educação, a atuação articulada

---

15 Há farta literatura sobre o assunto, e mencionam-se aqui apenas alguns estudos: BARRETO, A.R.; CODES, A.L.; DUARTE, B. (2012) *Alcançar os excluídos da educação básica: crianças e jovens fora da escola no Brasil*. DAMIANI, M.F. (2006) *Discurso pedagógico e fracasso escolar*. HANNA, R; LINDEN, L. (2009) *Measuring discrimination in education*. WITTE, K. et al. (2013) *A critical review of the literature on school dropout*.

16 Para saber como o Pronatec Brasil sem Miséria lidou com esses problemas, ver o artigo “A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil sem Miséria”, neste volume.

17 JACCOUD, 2013, p. 288.

entre MEC, MDS, estados e municípios em três iniciativas que fazem parte do Brasil sem Miséria exemplifica isso muito bem.

Uma dessas iniciativas é o estímulo ao atendimento às crianças pobres em creches, que faz parte da Ação Brasil Carinhoso<sup>18</sup>. O uso de estruturas de repasse do Ministério da Educação para transferências de recursos aos municípios e de informações do Programa Bolsa Família para identificar as crianças em situação de pobreza, aliado à adesão dos municípios, está aumentando a quantidade de crianças pobres atendidas, com melhora da qualidade dos serviços em função dos recursos adicionais transferidos às prefeituras.

A segunda iniciativa foi a priorização das escolas com maioria de crianças pobres nas primeiras fases da expansão da educação em tempo integral rumo à universalização, com o Programa Mais Educação. Nesse caso também houve parceria entre o MEC e o Bolsa Família, com a adesão das escolas e o apoio dos estados e municípios<sup>19</sup>.

O terceiro exemplo refere-se à inclusão massiva de jovens e adultos de baixa renda nos cursos de qualificação profissional do Pronatec Brasil sem Miséria<sup>20</sup>. Nesse processo, o engajamento do MEC, do MDS, da rede socioassistencial e de outros setores da Administração Pública nos municípios e nos estados vem sendo fundamental<sup>21</sup>.

---

18 Mais informações nos artigos “O eixo de acesso a serviços e a Ação Brasil Carinhoso do Plano Brasil sem Miséria” e “Acesso à educação e combate à desigualdade: o papel da educação no âmbito do Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

19 *Idem*.

20 Sobre o Pronatec Brasil sem Miséria, ver o artigo “A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

21 Mais informações neste texto, na seção “Vantagens e desafios da intersectorialidade”, que trata de eficiência em gestão.

Em todos esses casos, se a universalidade da oferta é o norte, a intersetorialidade e a articulação federativa são elementos-chave de sucesso para efetivá-la, chegando inclusive aos mais pobres. A proximidade entre o MEC e o MDS nas três situações fortaleceu as políticas de ambos e melhorou a vida da população que mais precisa. Também é nítida a importância do engajamento de estados e municípios para que as iniciativas deem resultado.

Assim, o Plano Brasil sem Miséria não se limitou a colocar todos esses parceiros sob um mesmo guarda-chuva, dando ao conjunto um rótulo de novidade. Houve um trabalho verdadeiramente intersetorial, com resultados importantes para os brasileiros que mais precisavam dos serviços.

## Fortalecendo a agenda universalista, sem prescindir da equidade

Além da construção de Unidades Básicas de Saúde nos locais com maior incidência de pobreza, outro exemplo da busca da efetiva universalidade na área da saúde vem do Programa Mais Médicos, que leva profissionais para os territórios com maior carência de médicos e com grande incidência de pobreza. Houve alguns casos em que esse “olhar” para os mais pobres foi confundido com uma negação da agenda universalista, quando na verdade é exatamente o contrário. Trata-se de avançar no fortalecimento dessa agenda, tornando os serviços efetivamente disponíveis a todos, inclusive àqueles que são mais difíceis de alcançar – e que em geral são também aqueles que mais necessitam de atendimento.

A centralidade das políticas universais, contudo, não descarta a necessidade de iniciativas voltadas especificamente ao público mais vulnerável, num movimento que envolve “fortalecer a agenda universalista, mas reconhecer a agenda da equidade

e operar ambas as agendas de forma articulada”<sup>22</sup>. Daí a existência de iniciativas dentro do Plano Brasil sem Miséria que não têm caráter universal, atendendo exclusivamente pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, como o Bolsa Família, e públicos específicos dentro do grupo dos extremamente pobres, como é o caso dos beneficiários do Programa Bolsa Verde<sup>23</sup>.

## A ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO INTERSETORIAL NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

### A escolha do MDS como órgão coordenador do Plano

Por fim, para responder à pergunta sobre como coordenar as atividades de tantos e tão diversos parceiros, é preciso remontar à decisão de criar o Brasil sem Miséria. O Plano traduz em ações, programas e políticas o lema “País rico é país sem pobreza”, transformando a plataforma democraticamente eleita pelos brasileiros em 2010 numa realidade necessária e demandada pelo país. É claro que a criação do Plano só foi possível graças aos avanços obtidos no período anterior, quando o Brasil colocou as políticas sociais no centro da sua estratégia de desenvolvimento, proporcionando uma plataforma sólida sobre a qual construir um Plano abrangente e concertado para redução da pobreza extrema.

Se o Plano Brasil sem Miséria dá concretude a um projeto de país, é claro que se desenvolveu com o envolvimento direto da presidente da República, que assumiu

---

22 JACCOUD, 2013, p. 288.

23 Como explicado no artigo “A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem Miséria”, neste volume. Informações sobre o Programa Bolsa Verde nos artigos “A inclusão produtiva rural do Brasil sem Miséria: estratégias e primeiros resultados” e “Programa Bolsa Verde: erradicação da pobreza e conservação ambiental”, neste livro.

o combate à pobreza como prioridade de governo e empenhou-se para envolver nesse esforço não só o Poder Executivo Federal, mas também os governos estaduais e municipais e a sociedade<sup>24</sup>.

Em que pese o envolvimento direto da presidente, para levar a cabo uma estratégia intersetorial de tamanha magnitude era necessária uma instância de coordenação das atividades. Ao contrário de experiências anteriores com grandes iniciativas de natureza intersetorial, a coordenação do Brasil sem Miséria não foi entregue a um órgão central da Administração Federal, mas a um ministério setorial, o MDS.

Isso constituiu uma grande inovação, que inicialmente gerou surpresa, mas em pouco tempo mostrou-se uma decisão acertada. Primeiramente, a liderança política que colocou o Brasil sem Miséria como indubitável prioridade de governo, a clara designação do MDS como coordenador e o contato direto entre a ministra e a presidente pavimentaram um terreno em que os demais ministros, os governadores e os prefeitos sentiram-se confortáveis em discutir o Plano e tomar decisões sobre ele junto com o ministério.

Pesou também a experiência do MDS em iniciativas voltadas ao público pobre e vulnerável. O ministério é responsável pela coordenação nacional da operação do Cadastro Único para Programas Sociais e do Programa Bolsa Família, dois grandes exemplos de articulação intersetorial e federativa, reconhecidamente importantes no combate à pobreza. O papel da pasta no que diz respeito à rede socioassistencial, em torno da qual se organizam importantes serviços voltados ao público mais vulnerável, e também na área de segurança alimentar e nutricional, deu aos parceiros a confiança de estar trabalhando com uma instância de coordenação qualificada. O MDS revelou-se um coordenador que, além de organizar a atuação concertada dos

---

<sup>24</sup> Mais informações nos artigos “A articulação federativa no Plano Brasil sem Miséria” e “Transparência e participação social no Plano Brasil sem Miséria”, neste volume.

participantes do Brasil sem Miséria, também “colocou a mão na massa” para que as metas do Plano fossem alcançadas.

Outra grande vantagem da escolha do MDS foi facilitar o monitoramento do Plano, em razão de o ministério ser, como já dito, o responsável nacional pelo Cadastro Único. Enquanto coordenador do Brasil sem Miséria, o MDS teve acesso às bases de dados dos programas finalísticos participantes e pôde cotejá-los com a base do Cadastro Único, permitindo monitorar a efetividade e a focalização desses programas, o que subsidiou a tomada de decisões com muito mais agilidade e precisão.

O fato de o MDS não ter as atribuições de um órgão central – que envolvem a tomada de decisões de enorme magnitude diuturnamente, o que de modo geral requer uma avaliação das questões de um ponto de vista mais agregado – tornou possível um olhar mais próximo e detalhado sobre as políticas que compõem o Brasil sem Miséria. Um exemplo disso foi o mergulho profundo que o ministério fez nas questões relativas ao desenvolvimento na primeira infância, para então observar os programas já existentes nessa área e as lacunas no atendimento, de modo a compreender as necessidades a serem supridas e os problemas a serem enfrentados. Desse esforço, feito com base na experiência própria e na de parceiros, surgiu a Ação Brasil Carinhoso, com iniciativas para a primeira infância nas áreas de renda, saúde e educação<sup>25</sup>.

E, se por um lado a parceria com os ministros, governadores e prefeitos foi construída a partir da vontade política em torno da constatação de que o combate à pobreza extrema é fundamental para a construção de um país mais justo, e é tarefa de todos, por outro lado a parceria no nível técnico foi sendo “costurada” dia após dia, nas salas de situação e no contato com os gestores nos estados e nos municípios e com os representantes dos movimentos sociais. O MDS sempre pautou sua atuação no diálogo horizontal, em que a busca por soluções se dá por meio do debate

---

25 A Ação Brasil Carinhoso é tratada neste livro no artigo “O eixo de acesso a serviços e a Ação Brasil Carinhoso do Plano Brasil sem Miséria”.

sobre as opções colocadas, e não por imposição da instância de coordenação. A horizontalidade nas relações e o respeito aos parceiros é uma marca da coordenação intersetorial e federativa do Plano.

Tudo isso proporcionou legitimidade à liderança do MDS na estratégia de superação da extrema pobreza. E acabou fortalecendo também o papel de secretarias estaduais e municipais de assistência social como instâncias de coordenação de políticas.

## A estrutura de governança do Plano Brasil sem Miséria

Três instâncias interministeriais compõem a estrutura de governança do Plano Brasil sem Miséria: Comitê Gestor Nacional, Comitê Executivo e Grupo Interministerial de Acompanhamento (GIA).

O Comitê Gestor Nacional é uma instância de caráter deliberativo que tem por objetivo fixar metas e orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Brasil sem Miséria. É composto pelos ministros do MDS, da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, e secretariado pela Sesp. Já ao Comitê Executivo, composto pelos secretários-executivos dos ministérios acima, compete assegurar a execução das políticas, programas e ações que compõem o Plano, enquanto ao GIA cabe o monitoramento e a avaliação das iniciativas do Brasil sem Miséria. O GIA é composto por representantes dos mesmos órgãos mencionados acima, acrescidos da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos ministérios das Cidades, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde, da Educação e da Integração Nacional.

O Comitê Gestor Nacional e o Grupo Executivo tratam de decisões mais estruturais sobre as iniciativas do Plano, como questões orçamentárias, alterações legais e envio de projetos ao Congresso Nacional, com base em informações do GIA. Para conferir a agilidade necessária a essas decisões, de modo geral as interações entre

os membros do Comitê Gestor Nacional, do Grupo Executivo e do GIA ocorrem em contatos e encontros que não são convocados como reuniões formais dessas instâncias. Mas isso não diminui a importância de tê-las estabelecido, deixando clara a estrutura de governança do Plano e facilitando sobremaneira o fluxo decisório. No caso do GIA, é muito frequente a troca de informações entre os membros também por meio eletrônico ou em documentos formais.

## A Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep)

Criada juntamente com o Plano Brasil sem Miséria, a Sesep foi a estrutura do MDS responsável pelas atividades relativas à coordenação da estratégia brasileira de superação da extrema pobreza<sup>26</sup>, desempenhando suas tarefas em forte articulação com os diversos parceiros do Plano, mencionados no início deste artigo.

A Sesep trabalhou em sintonia com estados e municípios, apoiando a execução do Plano, discutindo soluções para eventuais dificuldades e ajudando na sua implementação, atendendo demandas e proporcionando informações detalhadas sobre os resultados em nível estadual e municipal<sup>27</sup>. Esta última atividade é feita tanto em contatos diretos quanto por meio de ferramentas eletrônicas desenvolvidas especialmente para esse fim.

Foi comum o deslocamento de funcionários da Sesep aos estados e municípios no intuito de discutir a implementação do Plano ou de alguma das suas iniciativas, especialmente o Pronatec Brasil sem Miséria, que requer contatos frequentes

---

26 A Sesep foi instituída pelo Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, mesma data do Decreto 7.492, que criou o Plano Brasil sem Miséria.

27 As atividades de articulação federativa são exploradas no artigo “A articulação federativa no Plano Brasil sem Miséria”, neste livro.

para promover a concertação entre entidades ofertantes, poder público estadual e municipal, trabalhadores e setor privado.

O diálogo constante com a sociedade civil, por meio das atividades previstas num plano detalhado de participação social elaborado em conjunto com a Secretaria-Geral da Presidência da República<sup>28</sup>, também constava como atribuição da secretaria, bem como a interlocução com a academia nos mais diversos temas relacionados à pobreza – incluindo renda, educação, saúde e assistência social – e o relacionamento com representantes de governos de outros países interessados na estratégia brasileira de superação da extrema pobreza.

No que diz respeito às atividades de gestão, monitoramento e avaliação das ações do Plano, em articulação com as demais áreas de atividade do governo federal, a Sesep trabalhou em salas de situação temáticas, com reuniões periódicas das quais participavam representantes dos diversos órgãos do governo federal e outros atores envolvidos. Ao estabelecer as salas de situação e outros de seus procedimentos de gerenciamento intensivo, o Brasil sem Miséria buscou inspiração na experiência do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

As salas de situação – cada uma relativa a uma área, e composta por uma equipe intersetorial diferente – configuraram-se como instâncias de caráter gerencial e informacional que permitiram o acompanhamento detalhado das ações, com levantamento de restrições, atrasos, possíveis riscos e resultados atingidos. As reuniões eram mensais ou bimestrais, dependendo da ação, e as informações coletadas subsidiaram importantes decisões tomadas no Plano.

O Plano Brasil sem Miséria previu inicialmente a criação de 13 salas de situação para gerenciamento intensivo de ações: alfabetização e educação integral, assistência social, Ação Brasil Carinhoso, economia solidária, empreendedorismo,

---

<sup>28</sup> Ver os artigos “Diálogos para superação da pobreza” e “Transparência e participação social no Plano Brasil sem Miséria”, neste volume.

qualificação profissional, saúde, Programa Água para Todos, apoio a produção e comercialização (agricultura familiar), assentados e acampados, povos indígenas e Programa Bolsa Verde. Nos casos dos programas Bolsa Família, Crescer, Minha Casa Minha Vida e Luz para Todos e da Busca Ativa, existem mecanismos de monitoramento, porém não se verificou a necessidade de estabelecer o acompanhamento mais próximo pela via das salas de situação.

Posteriormente, as rotinas de monitoramento e as reuniões bilaterais fizeram com que algumas salas de situação deixassem de ser realizadas. Como exemplo, pode-se citar aquelas relacionadas a educação, saúde e assistência social.

A transparência é um valor que sempre pautou as atividades da Seseq, que divulgou resultados consolidados das ações do Plano em âmbito nacional semestralmente, em publicações batizadas de “Cadernos de Resultados”<sup>29</sup>, além de informações desagregadas para estados e municípios bimestralmente, por meio dos portais Brasil sem Miséria no seu estado e no seu município<sup>30</sup>. Havia também um boletim mensal de notícias enviado aos parceiros, e a secretaria esteve sempre pronta a responder questionamentos recebidos de diversos atores, incluindo a imprensa, pelas mais diversas vias, como e-mail, telefonemas e cartas<sup>31</sup>.

Por se tratar de uma instância de coordenação, que não executa ações finalísticas, a Seseq conta com uma equipe relativamente pequena. Nos dois primeiros anos do Plano, a quantidade de funcionários oscilava em torno de 30. No ano e meio seguinte, esse total aumentou para cerca de 50 servidores.

---

<sup>29</sup> Disponível em [www.brasilemmiseria.gov.br](http://www.brasilemmiseria.gov.br).

<sup>30</sup> [www.brasilemmiseria.gov.br/estados](http://www.brasilemmiseria.gov.br/estados) e [www.brasilemmiseria.gov.br/municipios](http://www.brasilemmiseria.gov.br/municipios).

<sup>31</sup> Informações completas sobre transparência no artigo “Transparência e participação social no Plano Brasil sem Miséria”.

A estrutura de coordenação nacional do Plano Brasil sem Miséria inspirou vários estados e municípios na criação de instâncias próprias de coordenação e monitoramento das ações relacionadas à redução da pobreza e das desigualdades.

## VANTAGENS E DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE

### Uso eficiente dos recursos

O Plano Brasil sem Miséria, como dito anteriormente, aproveita as sinergias entre os diversos parceiros envolvidos. Atuando em conjunto de maneira otimizada, todos os participantes veem aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade do seu trabalho – uma das grandes vantagens da estratégia concertada para a superação da extrema pobreza. Três casos emblemáticos de uso eficiente de recursos destacam-se no Brasil sem Miséria.

A utilização do cartão magnético do Bolsa Família é um deles. Ao invés de emitir um novo cartão para pagar aos agricultores familiares os recursos do Fomento às Atividades Produtivas Rurais, outro cartão para pagar o Bolsa Verde, e um terceiro para pagar as complementações que alguns estados e municípios fazem ao Bolsa Família, optou-se por concentrar os pagamentos num só cartão. Trata-se do cartão do Bolsa Família, compartilhado por União, estados, municípios e por diferentes programas. Isso economiza os custos de emissão de novos cartões, reduz as taxas cobradas pelos bancos aos executores dos programas a cada depósito realizado e torna desnecessária a criação de sistemas exclusivos para gerenciar os benefícios dos novos programas – tarefa que é complexa, cara e demorada. O fato de lidar com um só cartão magnético também facilita sobremaneira a vida das famílias.

Um segundo caso emblemático é o do uso do Cadastro Único para Programas Sociais<sup>32</sup>, que confere eficiência ao Plano por concentrar num só instrumento atividades de registro, diagnóstico e seleção de público para uma série de iniciativas, como o Bolsa Família, os serviços de assistência técnica e extensão rural, os de Fomento, a construção de cisternas, a matrícula no Pronatec Brasil sem Miséria, entre outros. O custo para desenvolver e manter sistemas de informação diferentes para cada um desses programas seria altíssimo em termos financeiros, e provavelmente ainda maior em termos de perda de oportunidades de articulação e de sinergia entre as ações.

Por fim, o uso de mecanismos já existentes para transferências de recursos diretamente do governo federal aos municípios – as “transferências fundo a fundo” – e outros procedimentos simplificados de repasse que facilitam a chegada de recursos para potencializar a atuação municipal também configuram utilização eficiente de recursos. Isso ocorre não só pela pré-existência dos mecanismos, no caso dos fundos, mas também pela simplicidade dos procedimentos, que dispensam a preparação, assinatura, gestão e acompanhamento de convênios ou outras formas de transferência de recursos entre entes federativos.

É o que acontece, por exemplo, com os recursos do Acessuas Trabalho, destinados a apoiar os municípios em ações de inclusão produtiva, que são transferidos pelo governo federal via Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). E também com os recursos suplementares relativos a vagas ocupadas por crianças do Bolsa Família nas creches das redes municipais de educação infantil, transferidos dentro da estrutura de execução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com procedimentos simplificados de adesão e prestação de contas. Situação similar já ocorria antes do Brasil sem Miséria com as transferências para escolas

---

<sup>32</sup> Para informações sobre o Cadastro Único, inclusive enquanto construção conjunta dos três entes federativos, ver os artigos “A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem Miséria”, “O papel do Cadastro Único no Plano Brasil sem Miséria” e “O Programa Bolsa Família e a luta para superação da extrema pobreza no Brasil”, neste volume.

em tempo integral no Programa Mais Educação e com os repasses para fortalecer a gestão estadual e municipal do Cadastro Único e do Bolsa Família.

O Pronatec Brasil sem Miséria é um caso em que a simplificação é ainda maior, porque dispensa repasses de recursos financeiros aos estados e municípios para custear a qualificação profissional. Os cursos são pagos pelo MEC diretamente às entidades ofertantes, sem necessidade de acordo ou convênio algum por parte dos estados ou das prefeituras. Assim, os governos locais podem concentrar seus esforços na mobilização e no encaminhamento do público-alvo, no acompanhamento da qualidade dos cursos, na adequação deles às necessidades dos alunos e da economia local e no acompanhamento da situação dos alunos e dos egressos. Para todas essas atividades, as prefeituras podem usar recursos transferidos pelo Acesso ao Trabalho, mencionado acima.

## Desafios da intersectorialidade

Mais do que desejável, a atuação intersectorial é necessária, e vem trazendo ótimos resultados. Mas não ocorre sem percalços, porque os órgãos e entidades da Administração Pública não são estruturados para trabalhar dessa forma. Na maioria das vezes eles são pensados como unidades independentes, que se bastam. Por isso, muito embora a formulação conjunta e o uso compartilhado de ferramentas e sistemas facilitem e potencializem a atuação de cada um dos órgãos envolvidos no Plano Brasil sem Miséria, os mecanismos de execução quase nunca acompanham esse modo otimizado e integrado de trabalhar.

Tome-se uma vez mais o exemplo das creches na Ação Brasil Carinhoso. Um dos principais empecilhos mencionados pelas secretarias municipais de educação para a melhora da qualidade do atendimento era a impossibilidade de usar os recursos transferidos pelo governo federal para a compra de insumos essenciais como fraldas, pomadas para assaduras e outros produtos não reconhecidos como gastos da área de

educação. A área de assistência social deixou de administrar creches e pré-escolas em 1996<sup>33</sup>, quando elas passaram a constituir a primeira etapa da educação básica, integrando o sistema de ensino e passando a figurar claramente como uma atribuição da área de educação, e não da área assistencial, que deixou de ter permissão para custeá-la. O Brasil Carinhoso criou então um mecanismo para que recursos do Brasil sem Miséria fossem descentralizados para a área da educação, em âmbito federal, e então transferidos aos municípios, viabilizando a compra desses insumos.

Ninguém questiona que as fraldas são necessárias, mas a questão é que elas na época em que esse artigo foi escrito elas não eram reconhecidas como insumo para educação, e as outras áreas não eram formalmente designadas para financiar insumos para creches. Em suma, as famigeradas “caixinhas” que separam as áreas de atividade na Administração Pública colocaram barreiras para a contabilização dos recursos e para sua utilização na ponta, e quase inviabilizaram uma ação como a de creches no Brasil Carinhoso, que é da maior importância para diminuir a extrema pobreza na primeira infância.

A experiência no Plano Brasil sem Miséria vem mostrando que, mais do que formular de forma intersetorial, é preciso encontrar meios de implementar as ações dessa maneira, e de “dividir a conta” e as responsabilidades da execução nessa perspectiva. Por ora, a busca de soluções *ad hoc* para os entraves vem sendo a regra. Espera-se que no futuro seja possível encontrar um melhor equilíbrio entre a rigidez inerente ao controle e a flexibilidade desejável para que os órgãos possam acomodar as necessidades da atuação intersetorial.

---

33 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Caderno de Resultados 3 anos – Plano Brasil sem Miséria*. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Devolutiva Diálogos Governo-Sociedade Civil: Brasil sem Miséria*. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Brasil sem Miséria no seu Município*. Edição revisada. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza. *Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2013*. Brasília, 2014.

JACCOUD, L. Igualdade e equidade na agenda da proteção social. In: FONSECA, A.; FAGNANI, E. (Org.). *Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania – Educação, seguridade social, pobreza, infraestrutura urbana e transição demográfica*, vol. 2. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

## ANEXO

Tabela 1 – Execução orçamentária do Brasil sem Miséria (2011 – 20 nov 2014)

Fonte: Orçamento Geral da União.

Órgão / Programa / Ação			Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)
<b>MAPA</b>		<b>Agricultura</b>	<b>32.883.845</b>	<b>32.773.845</b>
	<b>2042</b>	<b>Inovações para a Agropecuária</b>	<b>32.883.845</b>	<b>32.773.845</b>
	8924	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	32.883.845	32.773.845
		0002 - IMPLANTACAO DE UNIDADES DE REFERENCIA TECNOLO	32.883.845	32.773.845
<b>MF</b>		<b>Fazenda</b>	<b>713.226.137</b>	<b>885.626.528</b>
	<b>0911</b>	<b>Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros</b>	<b>713.226.137</b>	<b>885.626.528</b>
	00M4	Remuneração a Agentes Financeiros	713.226.137	885.626.528
<b>MTE</b>		<b>Trabalho</b>	<b>325.423.299</b>	<b>325.927.787</b>
	<b>2029</b>	<b>Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	<b>169.088.733</b>	<b>169.593.221</b>
	20YT	Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e Suas Redes de Cooperação	127.637.697	128.037.697
		0001 - FOMENTO AS FINANÇAS SOLIDARIAS - BRASIL SEM M	51.920.234	47.983.611
		0003 - FORMACAO DE FORMADORES(AS), EDUCADORES (AS) E	17.791.509	17.791.509
		0004 - FOMENTO A CERTIFICACAO DE PROCESSOS, PRODUTOS	4.500.000	3.605.233
		0005 - FOMENTO E ASSESSORAMENTO TECNICO A EMPREENDIM	20.527.596	24.864.219
		0006 - FOMENTO A INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS ECON	16.498.086	16.572.708

<b>Empenhado (D)</b>	<b>Liquidado (E)</b>	<b>Pago (F)</b>	<b>(%) (G=D/B)</b>	<b>(%) (H=E/B)</b>	<b>(%) (I=F/B)</b>
<b>16.321.234</b>	<b>7.530.173</b>	<b>7.183.319</b>	<b>50%</b>	<b>23%</b>	<b>22%</b>
<b>16.321.234</b>	<b>7.530.173</b>	<b>7.183.319</b>	<b>50%</b>	<b>23%</b>	<b>22%</b>
16.321.234	7.530.173	7.183.319	50%	23%	22%
16.321.234	7.530.173	7.183.319	50%	23%	22%
<b>577.649.296</b>	<b>356.622.529</b>	<b>305.851.752</b>	<b>65%</b>	<b>40%</b>	<b>35%</b>
<b>577.649.296</b>	<b>356.622.529</b>	<b>305.851.752</b>	<b>65%</b>	<b>40%</b>	<b>35%</b>
577.649.296	356.622.529	305.851.752	65%	40%	35%
<b>264.928.517</b>	<b>84.530.035</b>	<b>72.307.665</b>	<b>81%</b>	<b>26%</b>	<b>22%</b>
<b>151.134.525</b>	<b>50.002.383</b>	<b>44.103.247</b>	<b>89%</b>	<b>29%</b>	<b>26%</b>
127.834.035	41.723.028	37.279.719	100%	33%	29%
53.378.792	19.175.177	19.175.177	111%	40%	40%
17.301.279	1.417.400	448.400	97%	8%	3%
2.319.968	1.693.233	1.693.233	64%	47%	47%
24.764.512	6.910.908	3.839.138	100%	28%	15%
13.976.394	3.801.902	3.399.363	84%	23%	21%

Órgão / Programa / Ação		Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)
	0007 - ORGANIZACAO NACIONAL DA COMERCIALIZACAO DOS P	16.400.272	17.220.417
20ZL	Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	41.451.036	41.555.524
	0003 - PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA	22.917.500	23.021.988
	0004 - IMPLANTACAO DE ESPACOS MULTIFUNCAIONAIS DE ECO	18.533.536	18.533.536
<b>2067</b>	<b>Resíduos Sólidos</b>	<b>156.334.566</b>	<b>156.334.566</b>
8274	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	156.334.566	156.334.566
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	156.334.566	156.334.566
<b>MMA</b>	<b>Meio Ambiente</b>	<b>491.907.705</b>	<b>501.907.705</b>
<b>2018</b>	<b>Biodiversidade</b>	<b>261.020.400</b>	<b>271.020.400</b>
20VP	Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde	261.020.400	271.020.400
	0001 - PAGAMENTO A FAMILIAS EM SITUACAO DE EXTREMA P	250.406.400	248.567.927
	0002 - CADASTRAMENTO, OPERACIONALIZACAO E MONITORAME	10.614.000	22.452.473
<b>2069</b>	<b>Segurança Alimentar e Nutricional</b>	<b>230.887.305</b>	<b>230.887.305</b>
8695	Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria	230.887.305	230.887.305
	0001 - DESSALINIZACAO DE AGUA - AGUA DOCE - PLANO BR	230.887.305	230.887.305

Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
16.093.090	8.724.408	8.724.408	93%	51%	51%
23.300.490	8.279.355	6.823.528	56%	20%	16%
13.270.235	5.834.791	5.432.564	58%	25%	24%
10.030.255	2.444.564	1.390.964	54%	13%	8%
<b>113.793.992</b>	<b>34.527.652</b>	<b>28.204.418</b>	<b>73%</b>	<b>22%</b>	<b>18%</b>
113.793.992	34.527.652	28.204.418	73%	22%	18%
113.793.992	34.527.652	28.204.418	73%	22%	18%
<b>371.225.557</b>	<b>181.043.768</b>	<b>181.043.325</b>	<b>74%</b>	<b>36%</b>	<b>36%</b>
<b>179.504.834</b>	<b>163.203.393</b>	<b>163.202.950</b>	<b>66%</b>	<b>60%</b>	<b>60%</b>
179.504.834	163.203.393	163.202.950	66%	60%	60%
162.826.604	155.512.525	155.512.525	66%	63%	63%
16.678.230	7.690.868	7.690.425	74%	34%	34%
<b>191.720.723</b>	<b>17.840.375</b>	<b>17.840.375</b>	<b>83%</b>	<b>8%</b>	<b>8%</b>
191.720.723	17.840.375	17.840.375	83%	8%	8%
191.720.723	17.840.375	17.840.375	83%	8%	8%

Órgão / Programa / Ação			Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)
<b>MDA</b>		<b>Des. Agrário</b>	<b>1.358.877.102</b>	<b>1.257.165.142</b>
	<b>2012</b>	<b>Agricultura Familiar</b>	<b>1.011.032.368</b>	<b>946.332.908</b>
	210O	Assistencia Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	679.566.468	554.867.008
		0003 - BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EX	594.978.711	494.978.711
		0005 - BRASIL SEM MISERIA - FORMACAO E CAPACITACAO D	15.428.000	12.900.000
		0009 - BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EX***	38.908.238	28.988.297
		000E - BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EX***	30.251.519	18.000.000
	210S	Assistencia Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	265.883.000	325.883.000
		0002 - BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EX	265.883.000	325.883.000
	210W	Apoio a Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	65.582.900	65.582.900
		0004 - BRASIL SEM MISERIA - DOCUMENTACAO DA TRABALHA	65.582.900	65.582.900
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional	347.844.734	310.832.234
	<b>2B81</b>	<b>Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA</b>	<b>347.844.734</b>	<b>310.832.234</b>
		0001 - BRASIL SEM MISERIA - AQUISICAO DE ALIMENTOS D	319.966.434	284.590.434
		0002 - BRASIL SEM MISERIA - OPERACIONALIZACAO DA AQU	27.878.300	26.241.800
<b>MI</b>		<b>Integração Nacional</b>	<b>4.730.582.116</b>	<b>4.492.635.197</b>
	<b>2029</b>	<b>Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária</b>	<b>405.920.477</b>	<b>431.838.766</b>
	<b>20N7</b>	<b>Provisionamento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais - Apls - Plano Brasil sem Miséria</b>	<b>294.245.225</b>	<b>319.463.514</b>

Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
<b>715.639.594</b>	<b>157.445.336</b>	<b>152.124.724</b>	<b>57%</b>	<b>13%</b>	<b>12%</b>
<b>631.148.932</b>	<b>87.605.434</b>	<b>83.957.104</b>	<b>67%</b>	<b>9%</b>	<b>9%</b>
291.743.669	11.107.315	11.107.315	53%	2%	2%
260.610.088	3.374.290	3.374.290	53%	1%	1%
8.795.138	6.000.000	6.000.000	68%	47%	47%
18.376.638	1.733.025	1.733.025	-	-	-
3.961.805	-	-	22%	0%	0%
300.933.452	56.675.240	53.241.776	92%	17%	16%
300.933.452	56.675.240	53.241.776	92%	17%	16%
38.471.811	19.822.879	19.608.013	59%	30%	30%
38.471.811	19.822.879	19.608.013	59%	30%	30%
84.490.662	69.839.902	68.167.620	27%	22%	22%
<b>84.490.662</b>	<b>69.839.902</b>	<b>68.167.620</b>	<b>27%</b>	<b>22%</b>	<b>22%</b>
83.692.723	69.067.631	67.398.857	29%	24%	24%
797.939	772.271	768.763	3%	3%	3%
<b>3.636.933.083</b>	<b>1.382.089.897</b>	<b>1.233.902.463</b>	<b>81%</b>	<b>31%</b>	<b>27%</b>
<b>313.328.794</b>	<b>42.266.975</b>	<b>37.192.777</b>	<b>73%</b>	<b>10%</b>	<b>9%</b>
<b>245.915.187</b>	<b>24.410.469</b>	<b>21.827.009</b>	<b>77%</b>	<b>8%</b>	<b>7%</b>

Órgão / Programa / Ação		Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)
	0001 - PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA PARA A	279.062.012	304.458.674
	0002 - PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA PARA A	15.183.213	15.004.840
20N8	Promoção de Iniciativas para o Aprimoramento da Produção e Inserção Mercadológica - Plano Brasil sem Miséria	81.790.547	82.340.547
	0001 - PROMOCAO DE INICIATIVAS PARA O APRIMORAMENTO	81.790.547	82.340.547
20N9	Apoio Ao Associativismo e Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria	29.884.705	30.034.705
	0001 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO - PL	29.884.705	30.034.705
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	4.324.661.639	4.060.796.431
12QC	Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - Plano Brasil Sem Miséria	4.324.661.639	4.060.796.431
	0000 - VALOR NAO DETALHADO	4.324.661.639	4.060.796.431
<b>MDS</b>	<b>Des. Social e Comb à Fome</b>	<b>99.686.364.324</b>	<b>108.199.770.405</b>
<b>2019</b>	<b>Bolsa Família</b>	<b>80.350.732.014</b>	<b>87.997.685.887</b>
<b>20IT</b>	<b>Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único</b>	<b>37.538.500</b>	<b>36.286.575</b>
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	37.538.500	36.286.575
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	82.502.014	84.647.812
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	82.502.014	84.647.812
8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	78.155.330.000	85.877.420.000
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	78.155.330.000	85.877.420.000

Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
238.218.204	20.294.645	17.821.133	78%	7%	6%
7.696.983	4.115.824	4.005.876	51%	27%	27%
50.208.236	14.650.664	12.224.701	61%	18%	15%
50.208.236	14.650.664	12.224.701	61%	18%	15%
17.205.371	3.205.842	3.141.067	57%	11%	10%
17.205.371	3.205.842	3.141.067	57%	11%	10%
3.323.604.289	1.339.822.922	1.196.709.686	82%	33%	29%
3.323.604.289	1.339.822.922	1.196.709.686	82%	33%	29%
3.323.604.289	1.339.822.922	1.196.709.686	82%	33%	29%
<b>104.022.737.435</b>	<b>99.343.522.902</b>	<b>99.382.365.104</b>	<b>96%</b>	<b>92%</b>	<b>92%</b>
<b>87.810.159.500</b>	<b>86.050.451.457</b>	<b>86.046.469.158</b>	<b>100%</b>	<b>98%</b>	<b>98%</b>
<b>21.597.393</b>	<b>8.356.330</b>	<b>8.356.330</b>	<b>60%</b>	<b>23%</b>	<b>23%</b>
21.597.393	8.356.330	8.356.330	60%	23%	23%
54.420.951	43.303.243	44.418.500	64%	51%	52%
54.420.951	43.303.243	44.418.500	64%	51%	52%
85.822.358.332	84.364.521.333	84.364.521.333	100%	98%	98%
85.822.358.332	84.364.521.333	84.364.521.333	100%	98%	98%

Órgão / Programa / Ação		Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	2.075.361.500	1.999.331.500
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	2.075.361.500	1.999.331.500
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	531.419.257	418.339.442
<b>20GG</b>	<b>Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores</b>	<b>531.419.257</b>	<b>418.339.442</b>
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	531.419.257	418.339.442
2030	Educação Básica	896.800.000	1.543.977.000
<b>20TR</b>	<b>Apoio à Manutenção da Educação Infantil (MDS)</b>	<b>896.800.000</b>	<b>1.543.977.000</b>
	0001 - BRASIL SEM MISERIA - APOIO A MANUTENCAO DA ED	896.800.000	1.543.977.000
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	9.427.570.734	9.617.892.854
<b>20V5</b>	<b>Ações Complementares de Proteção Social Básica</b>	<b>240.000.000</b>	<b>240.000.000</b>
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	240.000.000	240.000.000
2A60	Serviços de Proteção Social Básica	4.401.135.983	4.650.184.816
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	4.401.135.983	4.650.184.816
2A65	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	2.655.088.344	2.636.327.273
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	1.563.154.544	1.588.731.419
	0002 - VIVER SEM LIMITES - CENTROS DIA	25.920.000	25.920.000
	0004 - CRACK, E POSSIVEL VENCER - ABORDAGEM SOCIAL N	60.820.000	60.820.000
	0005 - ACOES ESTRATEGICAS PARA ENFRENTAMENTO AO TRAB***	1.005.193.800	960.855.854
2A69	Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	785.553.332	779.300.034
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	765.061.741	757.088.443

Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
1.911.782.824	1.634.270.551	1.629.172.995	96%	82%	81%
1.911.782.824	1.634.270.551	1.629.172.995	96%	82%	81%
127.552.999	100.354.247	100.354.247	30%	24%	24%
<b>127.552.999</b>	<b>100.354.247</b>	<b>100.354.247</b>	<b>30%</b>	<b>24%</b>	<b>24%</b>
127.552.999	100.354.247	100.354.247	30%	24%	24%
1.514.031.600	1.472.093.474	1.472.093.474	98%	95%	95%
<b>1.514.031.600</b>	<b>1.472.093.474</b>	<b>1.472.093.474</b>	<b>98%</b>	<b>95%</b>	<b>95%</b>
1.514.031.600	1.472.093.474	1.472.093.474	98%	95%	95%
8.273.328.637	6.885.794.940	6.902.563.635	86%	72%	72%
<b>238.160.863</b>	<b>155.137.114</b>	<b>155.137.114</b>	<b>99%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>
238.160.863	155.137.114	155.137.114	99%	65%	65%
4.275.679.318	3.744.243.197	3.744.243.197	92%	81%	81%
4.275.679.318	3.744.243.197	3.744.243.197	92%	81%	81%
2.170.620.631	1.867.338.368	1.867.204.168	82%	71%	71%
1.244.096.967	1.077.958.368	1.077.824.168	78%	68%	68%
16.500.000	8.990.000	8.990.000	64%	35%	35%
35.625.000	35.455.000	35.455.000	59%	58%	58%
874.398.664	744.935.000	744.935.000	91%	78%	78%
650.353.217	484.223.677	484.147.124	83%	62%	62%
631.223.217	466.893.677	466.817.124	83%	62%	62%

Órgão / Programa / Ação		Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)
	0003 - VIVER SEM LIMITES - RESIDENCIAS INCLUSIVAS	20.491.591	22.211.591
2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	347.137.711	394.014.987
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	347.137.711	394.014.987
2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	207.510.000	216.482.500
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	207.510.000	216.482.500
8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	791.145.364	701.583.244
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	791.145.364	701.583.244
<b>2062</b>	<b>Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</b>	<b>97.000.000</b>	<b>88.063.310</b>
8662	Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho	97.000.000	88.063.310
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	97.000.000	88.063.310
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	8.239.544.462	8.395.239.437
20GD	Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	817.097.200	812.667.367
	<b>0002 - FOMENTO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS - BSM</b>	<b>732.397.200</b>	<b>727.967.367</b>
	0003 - APOIO A ESTRUTURACAO DA PRODUCAO FAMILIAR	72.700.000	72.700.000
	0004 - APOIO AS ACOES DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRI	12.000.000	12.000.000
2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Especificos	302.000.000	302.000.000
	0001 - DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS A GRUPOS POPULACION	302.000.000	302.000.000
2798	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	4.350.928.186	3.888.237.692

Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
19.130.000	17.330.000	17.330.000	86%	78%	78%
256.655.314	117.275.923	117.275.923	65%	30%	30%
256.655.314	117.275.923	117.275.923	65%	30%	30%
147.387.474	61.937.674	94.989.764	68%	29%	44%
147.387.474	61.937.674	94.989.764	68%	29%	44%
534.471.820	455.638.987	439.566.345	76%	65%	63%
534.471.820	455.638.987	439.566.345	76%	65%	63%
<b>49.309.720</b>	<b>42.014.602</b>	<b>41.802.402</b>	<b>56%</b>	<b>48%</b>	<b>47%</b>
49.309.720	42.014.602	41.802.402	56%	48%	47%
49.309.720	42.014.602	41.802.402	56%	48%	47%
6.152.272.118	4.715.397.749	4.741.673.512	73%	56%	56%
374.758.040	226.160.945	290.180.365	46%	28%	36%
<b>356.771.426</b>	<b>221.785.164</b>	<b>285.804.584</b>	<b>49%</b>	<b>30%</b>	<b>39%</b>
14.995.455	3.665.955	3.665.955	21%	5%	5%
2.991.159	709.826	709.826	25%	6%	6%
211.402.344	196.595.680	154.278.086	70%	65%	51%
211.402.344	196.595.680	154.278.086	70%	65%	51%
2.854.589.487	2.271.880.479	2.210.201.416	73%	58%	57%

Órgão / Programa / Ação		Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)
	0002 - OPERACIONALIZACAO DA AQUISICAO DE ALIMENTOS D	294.676.264	241.248.638
	0003 - AQUISICAO DE ALIMENTOS - BSM	4.056.251.922	3.646.989.054
8929	Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio a Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos	328.722.160	398.774.114
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	328.722.160	398.774.114
8948	Acesso à Água para a Produção de Alimentos	2.440.796.916	2.993.560.264
	0001 - ACESSO A AGUA PARA CONSUMO HUMANO***	1.195.796.916	1.446.271.669
	0002 - ACESSO A AGUA PARA A PRODUCAO DE ALIMENTOS	1.245.000.000	1.547.288.595
2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	143.297.857	138.572.475
4641	Publicidade de Utilidade Pública	96.716.465	88.666.465
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	96.716.465	88.666.465
<b>4923</b>	<b>Avaliação e monitoramento de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>	<b>46.581.392</b>	<b>49.906.010</b>
	0001 - BRASIL SEM MISERIA	46.581.392	49.906.010
<b>Total</b>		<b>107.339.264.528</b>	<b>115.695.806.609</b>

Fonte: Orçamento Geral da União.

Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	(%) (G=D/B)	(%) (H=E/B)	(%) (I=F/B)
80.759.953	30.608.486	30.322.891	33%	13%	13%
2.773.829.534	2.241.271.993	2.179.878.525	76%	61%	60%
245.465.501	106.225.460	106.225.460	62%	27%	27%
245.465.501	106.225.460	106.225.460	62%	27%	27%
2.466.056.746	1.914.535.185	1.980.788.185	82%	64%	66%
1.179.636.848	937.348.267	937.348.267			
1.286.419.898	977.186.918	1.043.439.918	83%	63%	67%
96.082.861	77.416.433	77.408.676	69%	56%	56%
65.536.469	52.845.896	52.838.139	74%	60%	60%
65.536.469	52.845.896	52.838.139	74%	60%	60%
<b>30.546.392</b>	<b>24.570.537</b>	<b>24.570.537</b>	<b>61%</b>	<b>49%</b>	<b>49%</b>
30.546.392	24.570.537	24.570.537	61%	49%	49%
<b>109.605.434.716</b>	<b>101.512.784.640</b>	<b>101.334.778.352</b>	<b>95%</b>	<b>88%</b>	<b>88%</b>